2019

* PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ANO FINANCEIRO DE 2019

APROVADOS

Pela Câmara Municipal em reunião, de __ de junho de 2020

Pela Assembleia Municipal em sessão, de __ de junho de 2020

APROVADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Conta n.º _____/20__

Por Despacho de Homologação n.º _____, de ___ de _____ de 20___

(S/ofício n.º ____ de ___ de ____ de 20___ – Proc. _____

Emolumentos de **€** _____ pagos por guia, em __/__/____

- Ordem de Pagamento n.º _____/20___

MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO FINANCEIRO DE 2019

TERMO DE APROVAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 76, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foram _____ os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Municipal – Município do Porto Santo, relativos ao ano de 2019, elencados no e o Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, na sua atual redação e no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que, além de outros elementos, explicitam que perímetro de consolidação do Município do Porto Santo engloba a empresa municipal "Porto Santo Verde - Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E M" (PSV), detida diretamente pela autarquia em 51% e que se encontra em liquidação, mas que considerando o parecer da Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa a responsabilidade da autarquia está limitada ao capital que realizou, pelo que a autarquia não integrou os passivos da PSV. Assim, a consolidação com a PSV é realizada apenas por eliminação participação social por contrapartida da respetiva provisão, dado que não existiu com a autarquia qualquer outro fluxo financeiro, saldo ou transação no exercício económico de 2019.

As contas consolidadas foram auditadas pela empresa A Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – SROC, Lda., a qual emitiu uma Certificação Legal de Contas.

Os referidos documentos foram rubricados pelos membros presentes e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta sempre que para tal forem solicitados.

Mais deliberou submetê-los à Assembleia Municipal para apreciação e votação, em cumprimento do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea l) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada, por _____, com os votos _____

_____

_____

_____.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 57.º, n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzir efeitos imediatos.

Paços do Concelho do Porto Santo, em ___ de junho de 2020

A CÂMARA MUNICIPAL,

_____

_____ _____

_____ _____

2019

* RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

Índice

1. Introdução 3
2. Perímetro de consolidação e método de consolidação 5
   2.1. Perímetro de Consolidação 5
   2.2. Entidades Excluídas da Consolidação 5
   2.3. Método de Consolidação Aplicado 6
3. Pontos de divulgação obrigatória de acordo com a recomendação da DGAL 6
   3.1. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação .. 6
   3.2. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica 6
   3.3. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação 6
   3.4. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício 7
4. Análise económica e financeira 8
   4.1. Síntese do Balanço Consolidado 8
   4.2. Síntese da Demonstração de Resultados Consolidada 10
   4.3. Rácios Financeiros 13

ANEXO I 13
ANEXO II 187
ANEXO III 188

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O n. º1 do artigo 75º daquela lei prevê que os municípios que detenham entidades participadas, dentro do perímetro de consolidação terão que apresentar contas consolidadas. Nos termos do n.º 6 do mesmo artigo integram o perímetro de consolidação as empresas locais que pertencem ao sector empresarial local do município, independentemente do grau de participação.

Nestes termos, e de forma a cumprir com a legislação em vigor, o executivo municipal apresenta as contas consolidadas com o grupo autárquico, conforme o artigo 75º e n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro- RFALEI, conjugado com a alínea i) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que "estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico", e o Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, na sua atual redação, competindo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O perímetro de consolidação do Município do Porto Santo engloba a empresa municipal Porto Santo Verde - Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E M (PSV), detida diretamente pela autarquia em 51% e que se encontra em liquidação.

Atendendo à morosidade da liquidação da empresa Porto Santo Verde (PSV) pelo seu liquidatário e ao facto de este considerar que os passivos da PSV eram imputáveis à autarquia, foi solicitado parecer à Vice-Presidência / Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (DRAPMA) relativo à responsabilidade da autarquia na assunção de passivos da empresa municipal Porto Santo Verde (PSV).

De acordo com o parecer da DRAPMA a responsabilidade da autarquia está limitada ao capital que realizou, pelo que tendo a PSV passivos amplamente superiores aos ativos, conforme informação prestada pelo liquidatário, a autarquia não deverá incorporar os passivos da PSV. Assim, e por oposição aos anos anteriores, a consolidação com a PSV é realizada apenas por eliminação participação social por contrapartida da respetiva provisão, dado que não existiu com a autarquia qualquer outro fluxo financeiro, saldo ou transação no exercício económico de 2019.

Os documentos referem-se ao ano económico de 2019 e apresentam as contas consolidadas com o grupo autárquico de forma a complementar a informação prestada nas contas individuais.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. Perímetro de Consolidação

Conforme instituído no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, os Municípios que detenham entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando que o controlo corresponde ao poder gerir as políticas financeiras e operacionais uma entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Assim, o perímetro de consolidação do Município do Porto Santo, é constituído pelo próprio Município e pela empresa municipal PSV.

Foi solicitada a liquidação administrativa da PSV., em 2016, face a não apresentação de contas, quer pelos liquidatários nomeados em Assembleia Municipal de 26 fevereiro 2013 quer pelos nomeados em Assembleia Municipal de 30 setembro de 2015. À data e de acordo com a informação prestada pelo liquidatário os ativos da PSV são residuais face ao passivo, sendo o capital próprio da entidade substancialmente negativo.

Assim e de acordo com o parecer da (DRAPMA), que acompanha esta prestação de contas, relativo à responsabilidade da autarquia na assunção de passivos da empresa municipal Porto Santo Verde (PSV), que conclui que a responsabilidade da autarquia está limitada ao capital que subscreveu, a empresa PSV apesar de detida em 51% apenas é consolidada por eliminação da participação social e da respetiva provisão, não existindo em 2019 qualquer saldo, transação ou fluxo financeiro com a autarquia.

2.2. Entidades Excluídas da Consolidação

Foi excluída do perímetro de consolidação, a entidade “Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.” (SDPS) com uma participação de 1,26%, não cumprindo, pelo valor da participação, nenhum critério de inclusão no período previsto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

2.3. Método de Consolidação Aplicado

O método de consolidação utilizado na consolidação de contas do Município do Porto Santo, consistiu em:

- Anulação da participação financeira; e
- Anulação da provisão para partes de capital.

3. PONTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ACORDO COM A RECOMENDAÇÃO DA DGAL

3.1. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

Dado que o perímetro municipal apenas inclui o Município do Porto Santo e a PSV e estando esta última em fase de liquidação, a evolução da gestão municipal resume-se à esfera do município, que por ter sido o resultado essencialmente de decisões do anterior executivo, não realizamos explicação da mesma, limitando-nos a fazer uma análise financeira dos principais indicadores.

Salientamos apenas que durante o ano de 2019 não foi efetuada qualquer transação da autarquia com a PSV.

3.2. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

Não existiram atividades interrelacionadas entre a autarquia e a empresa municipal, pelo que toda a atividade do grupo relacionada com a atividade autárquica foi desenvolvida pelo Município do Porto Santo.

3.3. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

O Município é expectável que venha a desenvolver a sua atividade em continuidade e que o liquidatário ou quem venha a ser designado para o efeito, conclua com êxito o encerramento da liquidação da PSV.

3.4. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020, em consequência do surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

Trata-se de um acontecimento grave que poderá ter implicações orçamentais na receita e despesa, contudo apesar da incerteza, não está colocada em causa a continuidade do exercício normal da atividade municipal.

Relativamente à empresa municipal Porto Santo Verde – Geoturismo de Gestão Ambiental, E.E.M, em liquidação, no ano de 2019 foram enviados Ofícios à Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo, ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, à Sociedade de Desenvolvimento Porto Santo, S.A., ao Tribunal de Contas (Secção Regional da Madeira) e ao liquidatário UHY & Associados, SROC, Lda. (Dr. Manuel Branco) que continham os seguintes quatro documentos: Ata Avulsa da Assembleia-Geral da empresa "Porto Santo Verde – Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E.M., em Liquidação", Parecer da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, Certidão de conferência de poderes e informação da Sociedade de Desenvolvimento Porto Santo, S.A.. No ano de 2020 foi rececionado um Ofício da Vice-Presidência do Governo Regional (Conservatória do Registo Comercial de Porto Santo) a informar o estado do processo n.º 1/2016 (RJPADELEC) – Liquidação Empresa Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E.M., em Liquidação a referir que *"…não havendo nenhuma comunicação posterior a esta data (04/03/2019), em pasta física."*. Em 18/02/2020 este município enviou o Ofício n.º 311 à Conservatória do Registo Comercial e de Automóveis do Funchal (onde presentemente se encontra o processo acima referido) a solicitar informações sobre o referido processo, do qual obtivemos resposta através do ofício n.º 165/20200312 com a seguinte informação: *"Em resposta ao V. pedido de informação datado de 18/02/2020, cumpre-me informar V. Exa. que nada foi feito nem junto ao processo, desde 04/03/2019, nem dado cumprimento ao previsto nos artigos 18.º e seguintes do RJPADLEC, Decreto Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março, nomeadamente quanto aos prazos e aprovação das contas e relatórios de liquidação finais, conforme decorre da verificação efetuada ao processo, uma vez que o mesmo foi remetido à Conservatória do Registo Comercial do Funchal para ser dado seguimento."*.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Atendendo que a prestação de contas individual da autarquia é idêntica à prestação e contas consolidada, com a única exceção ser pela eliminação da participação na PSV e da respetiva provisão, ou seja, sem qualquer efeito no ativo líquido, apenas se pretende com este ponto dar uma visão muito geral das variações financeiras.

4.1. Síntese do Balanço Consolidado

❖ **Ativo**

Ativo	2019	%	2018	%
Imobilizado	**87 503 859,86**	**98,81%**	**87 893 582,47**	**99,25%**
Bens de dominio público	79 164 597,57	89,40%	80 977 398,71	90,75%
Imobilizações Incorpóreas	3 000,00	0,00%	3 000,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	8 045 327,00	9,09%	6 694 141,76	7,50%
Investimentos Financeiros	290 935,29	0,33%	219 042,00	0,25%
Circulante	**1 051 035,79**	**1,19%**	**2 358 961,04**	**2,64%**
Existências	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de Terceiros CP	4 186,61	0,00%	4 283,00	0,00%
Disponibilidades	665 455,33	0,75%	1 205 821,43	1,35%
Acréscimos e Diferimentos	381 393,85	0,43%	123 519,23	0,14%
Total do Ativo	**88 554 895,65**	**100,00%**	**89 227 206,13**	**100,00%**

Conforme se pode verificar pelo quadro anterior a estrutura de balanço não alterou significativamente de 2018 para 2019, sendo importante relevar o acréscimo de imobilizado corpóreo que, apesar de estar sujeito a amortizações anuais superiores a 2 milhões de euros, apresenta uma inversão face aos últimos exercícios económicos.

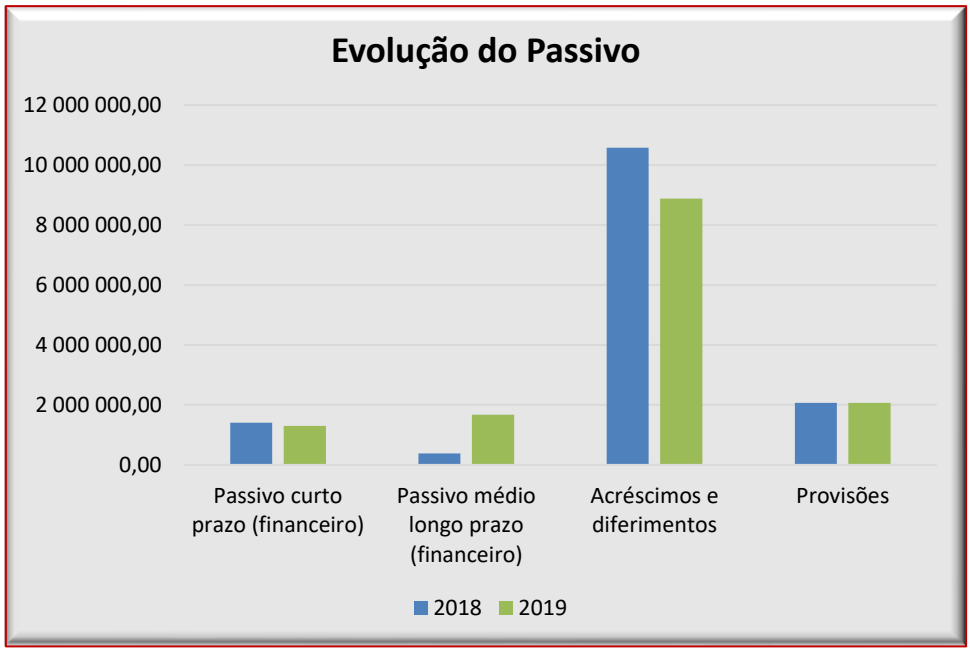
❖ **Fundos Próprios e Passivo**

Fundos Próprios e Passivo	2019	%	2018	%
Fundos Próprios	**74 636 118,84**	**84,28%**	**74 801 143,34**	**83,83%**
Património	7 260 113,53	8,20%	7 260 113,53	8,14%
Reservas de reavaliação	72 276 947,76	81,62%	72 276 947,76	81,00%
Reservas	434 836,68	0,49%	434 836,68	0,49%
Resultados transitados	-5 170 754,63	-5,84%	-4 028 261,53	-4,51%
Resultado líquido em exercício	-165 024,50	-0,19%	-1 142 493,10	-1,28%
Acionistas - Interesses Minoritários		0,00%		0,00%
Passivo	**13 918 776,81**	**15,72%**	**14 426 062,79**	**16,17%**
Provisões para riscos e encargos	2 067 068,14	2,33%	2 067 068,14	2,32%
Empréstimos de MLP	1 674 238,27	1,89%	377 551,58	0,42%
Empréstimos de CP	203 305,59	0,23%	146 750,27	0,16%
Fornecedores c/c	354,63	0,00%	1 099,15	0,00%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecedores de imobilizado c/c	860 973,46	0,97%	1 001 286,58	1,12%
Estado e outros entes públicos	33 479,00	0,04%	30 084,08	0,03%
Outros credores	156 660,15	0,18%	181 534,06	0,20%
Cauções e depósitos de garantia	41 455,64	0,05%	41 455,64	0,05%
Acréscimos e diferimentos	8 881 241,93	10,03%	10 579 233,29	11,86%
Fundos Próprios e Passivo	**88 554 895,65**	**100,00%**	**89 227 206,13**	**100,00%**

Destaca-se no quadro anterior que os Fundos Próprios foram reduzidos em aproximadamente 165 mil euros, ou seja, que pelo menos na perspetiva contabilística existe uma redução da posição financeira do município.

Dado que a contabilização da PSV foi eliminada não existe apuramento de interesses minoritários.

Quanto ao passivo verifica-se uma redução global do mesmo, embora tenha existido a necessidade de efetuar a contratação de um empréstimo bancário para aquisição do edifício dos serviços municipais e que se traduziu num incremento do passivo financeiro.



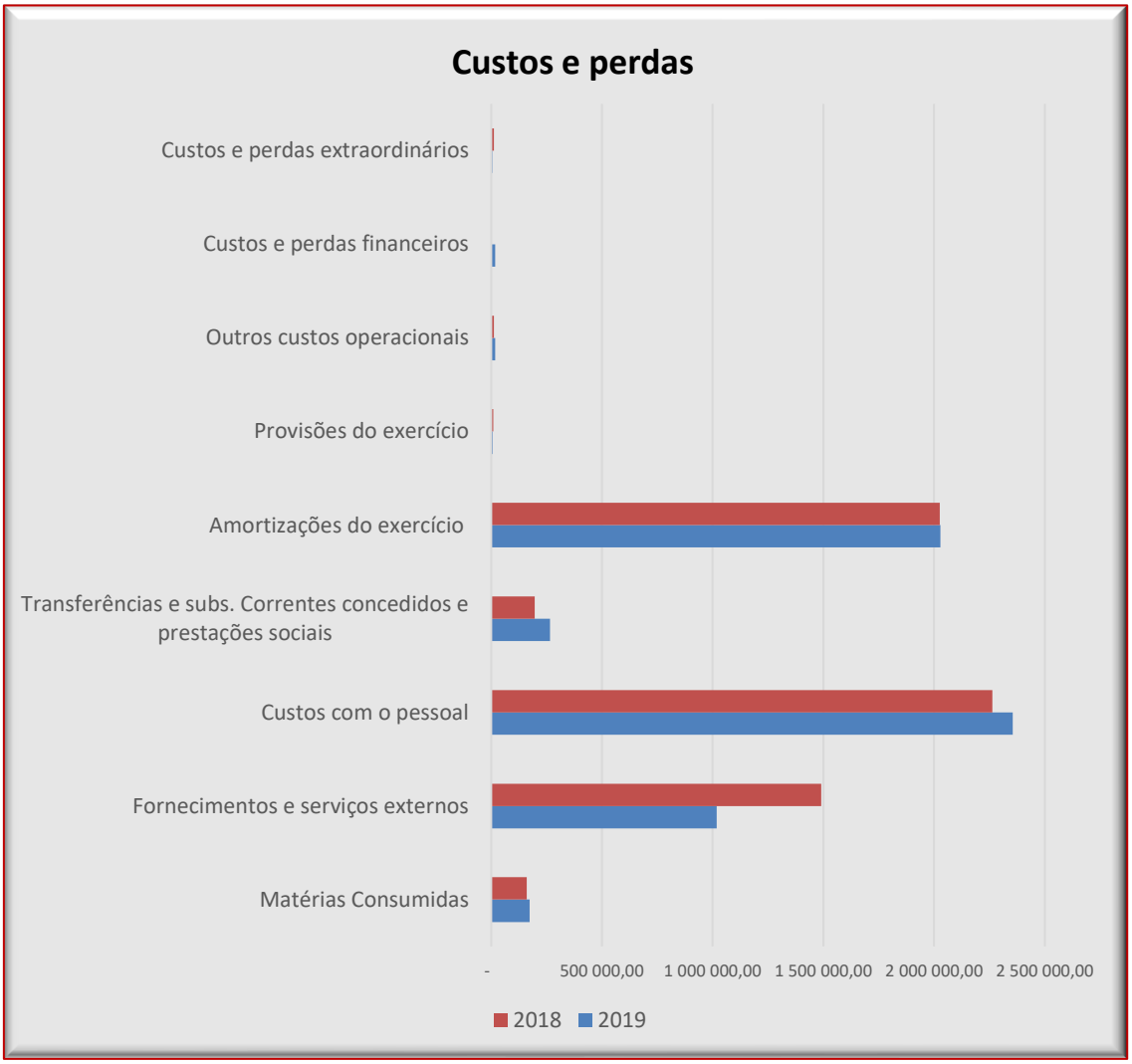
4.2. Síntese da Demonstração de Resultados Consolidada

❖ **Custos e Perdas**

Custos e Perdas	2019	%	2018	%
Matérias Consumidas	172 733,51	2,93%	160 141,32	2,59%
Fornecimentos e serviços externos	1 017 750,02	17,29%	1 490 359,26	24,15%
Custos com o pessoal	2 354 757,05	40,01%	2 263 479,77	36,68%
Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	265 378,16	4,51%	196 352,22	3,18%
Amortizações do exercício	2 028 088,99	34,46%	2 025 555,39	32,82%
Provisões do exercício	6 248,27	0,11%	8 715,80	0,14%
Outros custos operacionais	17 605,93	0,30%	12 497,96	0,20%
Custos e perdas financeiros	18 468,27	0,31%	1 683,71	0,03%
Custos e perdas extraordinários	5 101,23	0,09%	12 648,82	0,20%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Custos e Perdas	**5 886 131,43**	**100,00%**	**6 171 434,25**	**100,00%**
Resultado líquido do exercício	**-165 024,50**		**-1 142 493,10**	

Os custos totais mantiveram a tendência do último ano, sendo a redução de 5%, cerca de 285 mil euros, sendo que a variação mais significativa relacionada com Fornecimentos e Serviços

Externos, que resulta da aquisição do edifício dos serviços municipais que anteriormente era arrendado.

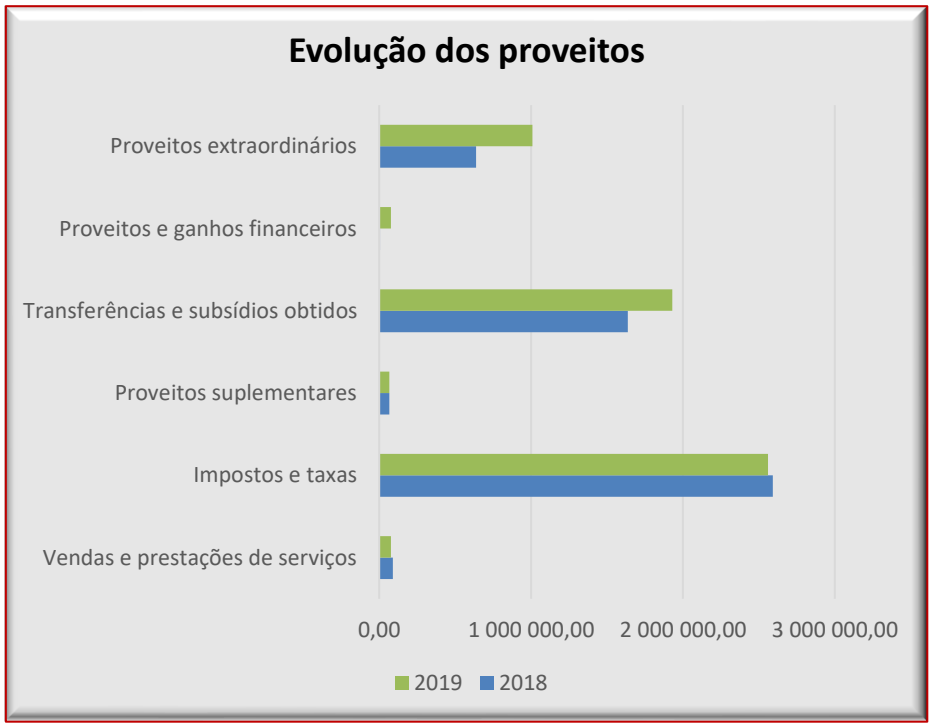


❖ **Proveitos e Ganhos**

Em 2019 assistiu-se a uma melhoria dos proveitos da autarquia, nomeadamente na obtenção de transferências e subsídios, bem como nos proveitos extraordinários.

Proveitos e ganhos	2019	%	2018	%
Vendas e prestações de serviços:	77 190,03	1,35%	90 097,70	1,79%
Impostos e taxas	2 559 425,70	44,74%	2 591 067,26	51,52%
Proveitos suplementares	67 545,19	1,18%	67 031,65	1,33%
Transferências e subsídios obtidos	1 929 208,92	33,72%	1 636 197,52	32,54%
Proveitos e ganhos financeiros	77 893,29	1,36%	5 999,90	0,12%
Proveitos extraordinários	1 009 843,80	17,65%	638 547,12	12,70%
Total de Proveitos e Ganhos	**5 721 106,93**	100,00%	**5 028 941,15**	100,00%

A variação dos proveitos resultou numa contribuição para o resultado líquido em 692 mil euros.



❖ Resultados Consolidados

Resultados	2019	2018
Resultados Operacionais	-1 229 192,09	-1 772 707,59
Resultados Financeiros	59 425,02	4 316,19
Resultados Correntes	-1 169 767,07	-1 768 391,40
Resultado Líquido do Exercício	-165 024,50	-1 142 493,10

Pelo quadro acima, constata-se que o resultado líquido de 2019 apesar de se ainda encontrar num patamar negativo, consegue ser substancialmente superior ao do ano transato.

De referir ainda que o apuramento do resultado líquido, inclui amortizações superiores a dois milhões de euros e que não se refletem os fluxos financeiros de 2019.

4.3. Rácios Financeiros

Autofinanciamento	2018	2019	Variação	
Resultado Líquido do Exercício	-1 142 493,10	-165 024,50	977 468,60	-592,32%
Amortizações do Exercício	2 025 555,39	2 028 088,99	2 533,60	0,12%
Provisões do Exercício	8 715,80	6 248,27	-2 467,53	-39,49%
Total do autofinanciamento	891 778,09	1 869 312,76	977 534,67	52,29%

Autonomia Financeira	2018	2019	Variação	
Fundos Próprio / Ativo Líquido Total	83,83%	84,28%	0,45%	0,53%

Liquidez Reduzida	2018	2019	Variação	
(Disponibilidades + Títulos Negociáveis) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	300,76%	152,89%	-147,87%	-96,72%

Liquidez Geral	2018	2019	Variação	
(Disponibilidades + Dívidas de Terceiros C/P + Existências) / Dívidas a Terceiros de Curto prazo	301,83%	153,85%	-147,98%	-96,18%

Pelos rácios acima apurados, verifica-se que a situação financeira da autarquia é globalmente positiva, embora tenha existido uma redução da liquidez por força do pagamento da totalidade das rendas vencidas à SDPS, o que não compromete a estabilidade financeira.

Município do Porto Santo, em 5 de junho de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

José Idalino de Vasconcelos

ANEXO I

❖ Balanço Consolidado

CODIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCICIOS			
		2019			2018
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
45	Bens de domínio público	100 438 510,36	21 273 912,79	79 164 597,57	80 977 398,71
		100 438 510,36	21 273 912,79	79 164 597,57	80 977 398,71
43	Imobilizações incorpóreas	70 290,18	67 290,18	3 000,00	3 000,00
		70 290,18	67 290,18	3 000,00	3 000,00
42	Imobilizações corpóreas	11 058 516,81	3 013 189,81	8 045 327,00	6 694 141,76
		11 058 516,81	3 013 189,81	8 045 327,00	6 694 141,76
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 004 390,00	932 496,71	71 893,29	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	219 042,00	0,00	219 042,00	219 042,00
		1 223 432,00	932 496,71	290 935,29	219 042,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
32	Mercadorias				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 186,18	0,00	4 186,18	2 923,03
229	Adiantamentos a fornecedores				
24	Estado e outros entes públicos				
268	Outros devedores	66 157,27	66 156,84	0,43	1 359,97
		70 343,45	66 156,84	4 186,61	4 283,00
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	661 471,54		661 471,54	1 204 136,60
11	Caixa	3 983,79		3 983,79	1 684,83
		665 455,33	0,00	665 455,33	1 205 821,43
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	381 393,85		381 393,85	123 519,23
272	Custos diferidos			0,00	0,00
		381 393,85	0,00	381 393,85	123 519,23
	Total de amortizações.....		25 286 889,49		
	Total de provisões.....		66 156,84		
	Total do ativo.....	113 907 941,98	25 353 046,33	88 554 895,65	89 227 206,13

MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

CODIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
	Fundos próprios:		
51	Património	7 260 113,53	7 260 113,53
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação	72 276 947,76	72 276 947,76
57	Reservas:	434 836,68	434 836,68
59	Resultados transitados	-5 170 754,63	-4 028 261,53
88	Resultado líquido em exercício	-165 024,50	-1 142 493,10
		74 636 118,84	74 801 143,34
266	Acionistas - Interesses Minoritários		
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	2 067 068,14	2 067 068,14
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo - componente mlp	1 674 238,27	377 551,58
26	Outros Devedores e Credores	860 973,46	1 001 286,58
		4 602 279,87	2 444 619,72
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	203 305,59	146 750,27
221	Fornecedores c/c	354,63	1 099,15
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	33 479,00	30 084,08
268	Outros credores	198 115,79	222 989,70
		435 255,01	400 923,20
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	377 962,57	1 757 624,74
274	Proveitos diferidos	8 503 279,36	8 821 608,55
		8 881 241,93	10 579 233,29
		13 918 776,81	14 426 062,79
	Total dos fundos próprios e do passivo……	88 554 895,65	89 227 206,13

❖ Demonstração de Resultados Consolidada

CÓDIGO DAS CONTAS	Contas	Exercício			
		2019		2018	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	172 733,51	172 733,51	160 141,32	160 141,32
62	Fornecimentos e serviços externos:		1 017 750,02		1 490 359,26
64	Custos com o pessoal:		2 354 757,05		2 263 479,77
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais		265 378,16		196 352,22
66	Amortizações do exercício		2 028 088,99		2 025 555,39
67	Provisões do exercício		6 248,27		8 715,80
65	Outros custos operacionais		17 605,93		12 497,96
	(A)		**5 862 561,93**		**6 157 101,72**
68	Custos e perdas financeiros		18 468,27		1 683,71
	(C)		**5 881 030,20**		**6 158 785,43**
69	Custos e perdas extraordinários		5 101,23		12 648,82
	(E)		**5 886 131,43**		**6 171 434,25**
86	Imposto sobre o rendimento				
88	**Resultado líquido do exercício .....**		**-165 024,50**		**-1 142 493,10**
	(X)		**5 721 106,93**		**5 028 941,15**
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços:		77 190,03		90 097,70
72	Impostos e taxas		2 559 425,70		2 591 067,26
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		67 545,19		67 031,65
74	Transferências e subsídios obtidos		1 929 208,92		1 636 197,52
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		**4 633 369,84**		**4 384 394,13**
78	Proveitos e ganhos financeiros		77 893,29		5 999,90
	(D)		**4 711 263,13**		**4 390 394,03**
79	Proveitos extraordinários		1 009 843,80		638 547,12
	(F)		**5 721 106,93**		**5 028 941,15**
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-1 229 192,09		-1 772 707,59
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		59 425,02		4 316,19
	Resultados Correntes: (D - C)		-1 169 767,07		-1 768 391,40
	resultados Liquido do Exercício: (F - E)		-165 024,50		-1 142 493,10

ANEXO II

❖ **Resumo dos fluxos de caixa**

Mapa elaborado conforme instrução do SATAPOCAL, sendo que não existiu qualquer fluxo com a PSV no exercício económico de 2019.

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior	1 205 821,43	Despesas Orçamentais	6 387 846,94
Execução Orçamental	1 132 364,98	Correntes	4 552 852,02
Operações de Tesouraria	73 456,45	Capital	1 834 994,92
Receitas Orçamentais	5 843 747,89	Operações de Tesouraria	431 573,52
Correntes	4 107 492,65		
Capital	1 736 251,00	Saldo para Gerencia Seguinte	665 455,33
Outras	4,24	Execução Orçamental	588 265,93
		Operações de Tesouraria	77 189,40
Operações de Tesouraria	435 306,47		
Total	**7 484 875,79**	**Total**	**7 484 875,79**

ANEXO III

❖ Ajustamentos

CODIGO DAS CONTAS	ATIVO	Balanço Individual da CMPS			Ajustamentos de consolidação 2019			Balanço Consolidado 2019		
		AB	A/P	AL	AB	A/P	AL	AB	A/P	AL
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	287 511,00		287 511,00			0,00	287 511,00	0,00	287 511,00
452	Edifícios									
453	Outras construções e infra-estruturas	98 958 139,86	21 020 616,13	77 937 523,73			0,00	98 958 139,86	21 020 616,13	77 937 523,73
455	Bens do património histórico,artístico e cultural									
459	Outros bens de domínio público	1 192 859,50	253 296,66	939 562,84				1 192 859,50	253 296,66	939 562,84
445	Imobilizações em curso									
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público									
		100 438 510,36	21 273 912,79	79 164 597,57	0,00	0,00	0,00	100 438 510,36	21 273 912,79	79 164 597,57
	Imobilizações incorpóreas									
431	Despesas de instalação	67 290,18	67 290,18	0,00				67 290,18	67 290,18	
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento									
433	Propriedade industrial e outros direitos	3 000,00		3 000,00				3 000,00	0,00	3 000,00
443	Imobilizações em curso									
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas									
		70 290,18	67 290,18	3 000,00	0,00	0,00	0,00	70 290,18	67 290,18	3 000,00
	Imobilizações corpóreas									
421	Terrenos e recursos naturais	72 117,97		72 117,97			0,00	72 117,97	0,00	72 117,97
422	Edifícios e outras construções	8 575 887,84	1 443 692,99	7 132 194,85			0,00	8 575 887,84	1 443 692,99	7 132 194,85
423	Equipamento básico	784 668,92	418 493,64	366 175,28			0,00	784 668,92	418 493,64	366 175,28
424	Equipamento de transporte	695 315,92	547 007,35	148 308,57			0,00	695 315,92	547 007,35	148 308,57
425	Ferramentas e utensílios	77 214,50	56 369,00	20 845,50			0,00	77 214,50	56 369,00	20 845,50
426	Equipamento administrativo	704 625,72	501 190,80	203 434,92			0,00	704 625,72	501 190,80	203 434,92
427	Taras e vasilhame									
428+429	Outras imobilizações corpóreas	148 685,94	46 436,03	102 249,91			0,00	148 685,94	46 436,03	102 249,91
442	Imobilizações em curso									
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas									
		11 058 516,81	3 013 189,81	8 045 327,00	0,00	0,00	0,00	11 058 516,81	3 013 189,81	8 045 327,00
	Investimentos financeiros									
411	Partes de capital	1 259 390,00	1 187 496,71	71 893,29	-255 000,00	-255 000,00	0,00	1 004 390,00	932 496,71	71 893,29
412	Obrigações e títulos de participação	219 042,00		219 042,00				219 042,00	0,00	219 042,00
414	Investimentos em imóveis									
415	Outras aplicações financeiras									
441	Imobilizações em curso									
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros									
		1 478 432,00	1 187 496,71	290 935,29	-255 000,00	-255 000,00	0,00	1 223 432,00	932 496,71	290 935,29
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo									
35	Produtos e trabalhos em curso									
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
33	Produtos acabados e intermédios									
32	Mercadorias									
37	Adiantamentos por conta de compras									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)									
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos									
211	Clientes c/c									
212	Contribuintes c/c	165,80		165,80				165,80	0,00	165,80
213	Utentes c/c	4 020,38		4 020,38				4 020,38	0,00	4 020,38
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa									
251	Devedores pela execução do orçamento									
229	Adiantamentos a fornecedores									
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado									
24	Estado e outros entes públicos									
264	Administração autárquica									
2+263+267+2	Outros devedores	66 157,27	66 156,84	0,43			0,00	66 157,27	66 156,84	0,43
		70 343,45	66 156,84	4 186,61	0,00	0,00	0,00	70 343,45	66 156,84	4 186,61
	Títulos negociáveis:									
151	Ações									
152	Obrigações e títulos de participação									
153	Títulos de dívida pública									
159	Outros títulos									
18	Outras aplicações de tesouraria									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:									
12	Depósitos em instituições financeiras	661 471,54		661 471,54				661 471,54		661 471,54
11	Caixa	3 983,79		3 983,79				3 983,79		3 983,79
		665 455,33	0,00	665 455,33	0,00	0,00	0,00	665 455,33	0,00	665 455,33
	Acréscimos e diferimentos:									
271	Acréscimos de proveitos	381 393,85		381 393,85				381 393,85		381 393,85
272	Custos diferidos									
		381 393,85	0,00	381 393,85	0,00	0,00	0,00	381 393,85	0,00	381 393,85
	Total de amortizações……		24 287 102,60			0,00			24 287 102,60	
	Total de provisões……		1 187 496,71			-255 000,00			932 496,71	
	Total do ativo……	114 162 941,98	25 608 046,33	88 554 895,65	-255 000,00	-255 000,00	0,00	113 907 941,98	25 353 046,33	88 554 895,65

MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

CODIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIOS E PASSIVO	Balanço Individual da CMPS	Ajustamentos de consolidação 2019	Consolidado 2019
	Fundos próprios:			
51	Património	7 260 113,53		7 260 113,53
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			
56	Reservas de reavaliação	72 276 947,76		72 276 947,76
	Reservas:			
571	Reservas legais	275 836,68		275 836,68
572	Reservas estatutárias			
573	Reservas contratuais			
574	Reservas livres			
575	Subsídios			
576	Doações	159 000,00		159 000,00
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos			
578	Cedências			
59	Resultados transitados	-5 170 754,63		-5 170 754,63
88	Resultado líquido em exercício	-165 024,50		-165 024,50
		74 636 118,84	0,00	74 636 118,84
	Passivo:			
292	Provisões para riscos e encargos	2 067 068,14		2 067 068,14
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)			
		2 067 068,14	0,00	2 067 068,14
2312	Empréstimos a Médio e Longo Prazo	1 674 238,27	0,00	1 674 238,27
227	Fornecedores - Contratos Futuros			
2617	Fornecedores Imobilizado - Contratos Futuros			
268902	Credores diversos - Acordos de Pagamento	860 973,46	0,00	860 973,46
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo	203 305,59		203 305,59
269	Adiantamentos por conta de vendas			
221	Fornecedores c/c	354,63		354,63
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência			
252	Credores pela execução do orçamento			
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
2611	Fornecedores de imobilizado c/c			
24	Estado e outros entes públicos	33 479,00		33 479,00
264	Administração autárquica			
2+263+267+	Outros credores	156 660,15		156 660,15
217	Cauções e Depósitos de Garantia	41 455,64		41 455,64
		435 255,01	0,00	435 255,01
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	377 962,57		377 962,57
274	Proveitos diferidos	8 503 279,36		8 503 279,36
		8 881 241,93	0,00	8 881 241,93
		13 918 776,81	0,00	13 918 776,81
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	88 554 895,65	0,00	88 554 895,65

MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

CÓDIGO DAS CONTAS	CONTAS	Demostração Financeira Individual 2019		Ajustamentos de Consolidado 2019		Demostração Financeira Consolidada 2019	
	Custos e perdas						
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:						
	Mercadorias						
	Matérias	172 733,51	172 733,51		0,00	172 733,51	172 733,51
62	Fornecimentos e serviços externos:		1 017 750,02				1 017 750,02
	Custos com o pessoal:						
641+642	Remunerações	1 872 918,11				1 872 918,11	
643 a 648	Encargos sociais	481 838,94	2 354 757,05		0,00	481 838,94	2 354 757,05
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais		265 378,16				265 378,16
66	Amortizações do exercício		2 028 088,99				2 028 088,99
67	Provisões do exercício		6 248,27				6 248,27
65	Outros custos operacionais		17 605,93				17 605,93
	(A)		**5 862 561,93**		**0,00**		**5 862 561,93**
68	Custos e perdas financeiros		18 468,27				18 468,27
	(C)		**5 881 030,20**		**0,00**		**5 881 030,20**
69	Custos e perdas extraordinários		5 101,23				5 101,23
	(E)		**5 886 131,43**		**0,00**		**5 886 131,43**
88	**Resultado líquido do exercício .....**		**-165 024,50**		**0,00**		**-165 024,50**
	(X)		**5 721 106,93**		**0,00**		**5 721 106,93**
	Proveitos e ganhos						
	Vendas e prestações de serviços:						
7111	Venda de mercadorias	59,50				59,50	
7112+7113	Venda de produtos					0,00	
712+713		77 130,53	77 190,03		0,00	77 130,53	77 190,03
72	Impostos e taxas		2 559 425,70				2 559 425,70
(a)	Variação da produção						
75	Trabalhos para a própria entidade						
73	Proveitos suplementares		67 545,19				67 545,19
74	Transferências e subsídios obtidos		1 929 208,92				1 929 208,92
76	Outros proveitos e ganhos operacionais						
	(B)		**4 633 369,84**		**0,00**		**4 633 369,84**
78	Proveitos e ganhos financeiros		77 893,29				77 893,29
	(D)		**4 711 263,13**		**0,00**		**4 711 263,13**
79	Proveitos extraordinários		1 009 843,80				1 009 843,80
	(F)		**5 721 106,93**		**0,00**		**5 721 106,93**
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-1 229 192,09		0,00		-1 229 192,09
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		59 425,02		0,00		59 425,02
	Resultados Correntes: (D - C)		-1 169 767,07		0,00		-1 169 767,07
	resultados Liquido do Exercício: (F - E)		-165 024,50		0,00		-165 024,50

2019

* RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município do Porto Santo (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 88.554.896 euros e um total de fundos próprios de 74.636.119 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 165.025 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município do Porto Santo** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

Não se encontram cumpridos os procedimentos instituídos no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e Portaria 671/200, de 17 de Abril (CIBE), designadamente quanto ao cadastro e inventariação do imobilizado, pelo que não nos podemos pronunciar quanto à sua integridade e mensuração, assim como quanto ao valor das amortizações acumuladas e do período, subsídios ao investimento e proveitos diferidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
NIF 502 152 567

Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão consolidado as constas consolidadas coincidem com as contas individuais pelo facto da responsabilidade autárquica estar limitada ao capital realizado na Porto Santo Verde E.E.M. e o mesmo estar totalmente perdido, tal como refletido nas Demonstrações Financeiras.

De acordo com o Relatório de Gestão, o surto de COVID-19 observa reflexos negativos na economia portuguesa a partir de março de 2020, que à data não são passíveis de ser quantificados nem permitem estimar a atuação que o Grupo público terá de assumir para responder aos mesmos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL e a legislação específica aplicável;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
NIF 502 152 567

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 8 de junho de 2020

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
NIF 502 152 567

M. Cunha & Associado, SROC, Lda., SROC nº 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC nº 859

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso PARECER sobre os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do **Município do Porto Santo** do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais compreendem o Balanço Consolidado, Demonstração de Resultados por natureza Consolidada e Fluxos de Caixa Consolidados.

2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Município do Porto Santo.

3. Com suporte no referido na Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que aprovem os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Porto, 8 de junho de 2020

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
NIF 502 152 567

M. Cunha & Associado – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859